

Globalização e questão do trabalho no Brasil

José Luís Fiori¹

A complexidade e extensão do tema desta mesa, somada ao rigor do tempo, nos obriga a fazer duas opções preliminares. A primeira, por um estilo rigorosamente telegráfico. E a segunda, por uma focalização da nossa intervenção no tema da globalização. Pois bem, passemos ao assunto:

1. O argumento central que queremos lhes expor é uma crítica radical à uma das leituras possíveis, talvez a mais natural, do título desta conferência: "A globalização e a questão do trabalho no Brasil". Ele induz a pensar, quase obrigatoriamente, que a globalização seja um conceito consensual e que se refira a um processo universal, contínuo, progressivo e homogêneo que produz efeitos idênticos em todos os lugares. E que frente a ele exista um, e somente um papel a ser cumprido pelos estados nacionais: o da condução de uma política eficiente de inserção virtuosa numa mesma globalização que é comum e atinge igualmente a todos.

2. Iniciarei minha crítica a partir de algumas informações e conclusões que hoje já é possível extrair com respeito ao que vem ocorrendo neste tempo na economia mundial e em algumas economias periféricas como a nossa. E de como estas transformações em curso, de natureza simultaneamente econômicas e políticas, afetam de forma absolutamente diferente os vários países, dependendo de sua posição hierárquica na ordem mundial e do tipo de estratégia decidida pelas suas distintas coalizões internas de poder.

3. Não é necessário relembrar que apesar de - nos anos noventa - a palavra globalização, ter se transformado em um modismo, permanece ainda como um conceito que não acabou de ser fabricado. Sendo mesmo

¹ Doutor em Ciências Políticas pela USP e Prof. do Departamento de Economia da UFRJ.

possível que passe para a história como mais um modismo que adquiriu tamanha importância apenas por haver conseguido ocupar transitoriamente o espaço vazio do debate ideológico neste fim de século. Mas exatamente por causa disto, é necessário cautela com o uso indiscriminado de uma palavra que por significar tantas coisas acabe não dizendo nada de novo, ou submetendo-se apenas aos desígnios dos ideólogos que a usam sem maiores preocupações científicas.

4. Neste sentido, comecemos pela discussão dos tres mitos fundamentais em que se sustenta a ideologia dominante sobre a globalização capazes de afetar mais diretamente o rumo da nossa discussão sobre o tema de hoje:

1º mito: "a globalização é uma resultante exclusiva das forças de mercado". Para os que assim pensam tratar-se-ia de uma nova realidade econômica movida pela força material da expansão capitalista e, por isto, absolutamente necessária e irrecusável por qualquer governante dotado de um mínimo de realismo e bom senso. Uma nova configuração material da economia mundial gerada pelo efeito simultâneo da "terceira revolução tecnológica microeletrônica e informacional", combinada ou causada pelo aumento da extensão e intensidade da competição empresarial à escala global.

2º mito: "a globalização é um fenômeno universal, inclusivo e homogeneizador". Para os que pensam assim, pleonasticamente, a globalização é "global", e para os mais eufóricos, trata-se mesmo de um novo renascimento capaz de produzir uma revolução mundial nos planos da produção, da produtividade e da riqueza. Por isto, sob este ponto de vista, a globalização como realidade ou promessa aparece para os países e seus governantes como uma realidade a qual devem se ajustar implacavelmente ou morrer no ostracismo da história.

3º mito " a globalização promove uma redução pacífica e inevitável da soberania dos estados nacionais". No limite; alguns ideólogos mais eufóricos já antevêm e comemoram o fim ou a inutilidade do Estado, convencidos como todos os fisiocratas e os liberais mais radicais, desde o século XVIII, de que, como disse uma vez o economista inglês John Hicks: "se não houvesse estados-nações, a absorção de toda a raça humana nas fileiras das populações desenvolvidas seria relativamente simples".

Contra estes três mitos alinham-se hoje informações e estatísticas cada vez mais aplastantes e um conhecimento histórico cada vez mais preciso sobre o peso das determinações políticas e ideológicas, que, ao lado da economia, abriram as portas a um processo de globalização extremamente restrito e excludente. Senão vejamos:

5. Com relação ao primeiro mito, já existe hoje um conhecimento suficientemente amplo sobre o papel de algumas decisões políticas fundamentais, tomadas pelos governos dos países centrais, mas sobretudo pelo governo imperial norte-americano, responsáveis pela direção assumida pelo processo alimentado pelas transformações tecnológicas e pela intensificação da competição mundial. Como também há uma consciência cada vez mais nítida sobre o papel cumprido pelas pressões políticas dos países industrializados e dos organismos internacionais na crescente homogeneização das políticas econômicas e reformas liberais em curso nos países em desenvolvimento. Neste sentido, se o padrão monetário dólar-ouro viu-se fragilizado pela fuga dos capitais americanos em direção ao euromercado, situado na origem do fenômeno da financeirização, a característica mais específica da atual onda internacionalizante, a investigação histórica mais recente trouxe à luz o movimento consciente e voluntário do governo americano no sentido de se desfazer de um padrão monetário que foi ficando cada vez mais contraditório com seus interesses nacionais. Da mesma forma, só os mais cegos ainda não entenderam o significado político das decisões econômicas do governo norte-americano, tomadas no final dos anos setenta, visando simultaneamente o fortalecimento do dólar e a recuperação da sua hegemonia mundial posta em cheque depois da derrota do Vietnã. O mesmo devendo-se dizer da escalada político-econômica iniciada pelo governo americano na Reunião do Plaza, em 1985, e que prosseguiu no enquadramento da Rodada Uruguay e passa hoje em dia pela discussão das novas regras de proteção mundial aos investimentos externos. Ofensiva que acumulou forças inditáveis, no plano político militar, com o verdadeiro fim da Guerra Fria ocorrida, para fins práticos, na Reuniões de Cúpula de Reykjavik de 1986 e de Washington em 1987, como bem nos narra Eric Hobsbawm em seu magnífico "Idade dos Extremos", publicado recentemente no Brasil. Foi a partir dali, passando pelos momento

políticos decisivos do fim da URSS e da Guerra do Iraque, que os Estados Unidos começaram a estruturar e impor a nova institucionalidade e estratégia de sua recomposta hegemonia mundial. E foi neste espaço de tempo, e logo depois da crise da bolsa de Nova Iorque, de 1987, que na forma de um efeito dominó, abriram-se e desregularam-se os mercados comerciais e financeiros de todo o mundo, estendendo o tapete para a verdadeira explosão financeira que chega até os nossos dias como o carro chefe de uma globalização que tem seus alvéolos enraizados nas bolsas e moedas de todo o mundo, mas que tem como seu avalista, em última instância, no poder político cada vez mais centralizado e imperial do governo americano; mesmo quando este poder seja exercido condominialmente, em alguns casos, pelos governos da chamada Tríade, verdadeiros autores das novas "normas internacionais", às quais devem se submeter todos os países caso queiram candidatar-se aos investimentos das grandes corporações ou dos grandes operadores financeiros. Portanto, em síntese, o que a história nos conta é que a reestruturação do capitalismo mundial em curso, é um fenômeno simultaneamente político e econômico e que portanto se a globalização é uma obra material dos mercados, sua verdadeira direção e significado vêm sendo dados pelas opções político-ideológicas de algumas poucas potências mundiais. Neste sentido, trata-se de um fenômeno ininteligível se não tivermos em conta, de um lado a economia e, do outro, o movimento simultâneo de reconstrução imperial da ordem mundial, onde ao contrário do que muitos afirmam, as taxas de câmbio e juros flexíveis devolveram um poder ainda maior ao governo norte-americano do que ele havia tido no período de vigência do padrão dólar-ouro.

6. Com relação ao segundo mito, somam-se números que apontam para tendências que o contradizem de forma cada vez mais nítida. Senão vejamos:

1) em primeiro lugar, o crescimento anual do comércio mundial nestes últimos vinte anos de globalização (entre 1973 e 1990) foi em média de apenas 3,9%, crescendo 39% acima do PIB mundial enquanto que, entre 1950 e 1973, o aumento média anual do mesmo comércio foi de 7,2%, crescendo à uma taxa de 53% acima do mesmo PIB.

II) em segundo lugar, este crescimento do comércio tem sido cada vez mais dependente das decisões de investimento de umas centenas de grandes corporações situadas na chamada Tríade: 2/3 do comércio internacional hoje está associado a estas empresas; 1/3 é diretamente comércio intra-firmas e outro 1/3 é comércio entres estas mesmas mega-corporações.

III) em terceiro lugar, com relação a estas grandes empresas transnacionais, afirma-se existirem um número de 39 mil e 270 filiais. Mas deve-se ter claro que deste total, as 100 maiores (ou 0,3% do total) detêm 1/3 do estoque mundial de capital. Sendo que, destas 100, 32 são norte-americanas e 19 japonesas.

IV) em quarto lugar, com relação ao caráter supranacional destas empresas, há que ter presente como nos informam Paul Hirst e Grahame Thompson, em seu recente "Globalization in Question", que $\frac{3}{4}$ do seu valor agregado, é agregado nos seus países de origem e não está, portanto distribuído ou fragmentado pelo mundo;

V) em quinto lugar, com relação ao aumento dos fluxos de investimento direto estrangeiro, há que se dizer que descontados os investimentos financeiros ou "especulativos", em 1995 restaram 315 bilhões de dólares para investimentos diretos. Mas destes, mais ou menos 70% dirigiram-se aos próprios países da Tríade, e dos 100 bilhões restante, 30% foram para a China, e bem mais abaixo, 7% foram para o México, 4,9% para o Brasil e só 3,9% para a Argentina. Deste total, por outro lado, há que se lembrar, 229 bilhões foram destinados exclusivamente às fusões e incorporações sem implicar em aumento de capacidade produtiva e produzindo, quase invariavelmente, em diminuição dos postos de trabalho.

VI) em sexto lugar, se entre 1994 e 1995 estes investimentos cresceram em torno de 40%, 90 % deles ficaram na própria tríade sendo que 2/3 deles vieram de cinco países apenas: os Estados Unidos, a Inglaterra, a França, a Alemanha e o Japão.

VII) em sétimo lugar, não se pode esquecer um dado pouco mencionado: dos cerca de 180 países existentes no mundo, aproximadamente 100 deles recebem, em conjunto, algo em torno de apenas 1 % do investimento direto estrangeiro. O que é apenas um indicador do *gap* cada vez maior, que, segundo relatório recente do Banco Mundial, separa os países ricos dos países pobres do globo.

VIII) nesta direção, por fim, o problema mais grave e diretamente vinculado ao nosso tema, em discussão hoje, tem a ver com o impacto interno que a distribuição dos investimentos escassos tem provocado em países de dimensões continentais como o Brasil. Como percebeu - com entusiasmo - K. Ohmae no seu artigo, "*Rise of the region state*", publicado em 1993 no *Foreign Affairs*, os capitais privados preferem concentrar-se no que ele chama de vantagens a escala oferecidas pelos "*region states*", áreas sub ou supranacionais de maior riqueza e densidade econômica. Este movimento acaba estimulando, objetivamente, a desolidarização econômica interna de cada espaço nacional, o que pode conduzir à uma fragmentação econômico-territorial dos países. Isto é, na medida em que os novos investimentos seguem o caminho dos anteriores, eles reforçam a tendência à criação de espaços econômicos descontínuos cada vez mais extrovertidos e cada vez menos integrados nacionalmente. Na contraface deste processo, acirram-se, cada vez mais, as competições intra e interestatais pelos novos investimentos, leva a frente, muitas vezes, na forma de guerras fiscais, desregulações e privatizações selvagens., entre outras.

Em síntese, a globalização é um fato mas é tudo menos global. Além disto, mesmo dentro da área incluída pelas redes financeiras e produtivas ela é, sobretudo, um fenômeno daquilo que algum dia se chamou de Primeiro Mundo, apresentando sinais evidentes de ser cada vez menos inclusiva, homogeneizadora ou convergente. Pelo contrário, do ponto de vista social, a globalização tem sido parceira inseparável de um aumento gigantesco da polarização entre países e classes do ponto de vista da distribuição da riqueza, da renda e do emprego. Polarização visível, igualmente, dentro dos próprios países situados no epicentro da globalização e cujos efeitos sobre países de tipo continental têm sido na direção de aumentar as distâncias e os conflitos internos, na forma de federações cada vez mais frágeis ou, ainda pior, na forma de lutas separatistas, regionalistas ou nacionalistas.

7. Por fim, com relação ao terceiro mito, é preciso lembrar que o sistema capitalista mundial é coetâneo do sistema interestatal, e que este sempre foi assimétrico e hierarquizado, articulando-se em torno às hegemonias e supremacias que se exerceram de forma militar, política ou diretamente econômica. Dentro deste sistema interestatal, por isto mesmo,

a maioria dos estados territoriais nunca foi mais do que “quase-estados” pouco estruturados e com soberanias limitadas. Neste sentido, seria de surpreender se o processo da globalização não afetasse diferencialmente as soberanias destes vários tipos de estados. De fato, a reestruturação mundial do sistema capitalista e do sistema interestatal tem produzido efeitos muito distintos em diferentes latitudes. Se por um lado, muitos estados vivem hoje crises terminais, alguns poucos vêm se fortalecendo significativamente e agregando graus de soberania interna e externa. E, entre estes dois extremos, a grande maioria de “quase-estados” enfrenta hoje uma “janela de oportunidades” e não apenas uma alternativa no caminho de sua inserção nesta nova ordem mundial emergente. Mas esta é uma idéia que tem sido esquecida ou abafada pela mitologia da globalização que acompanha ou sustenta, via de regra, o discurso dos nossos governantes ao fazerem a defesa da sua estratégia liberal e passiva de inserção mundial adotada pelo Brasil, e quase toda a América Latina, a partir da renegociação de sua dívida externa, na forma que foi feita a partir da segunda metade dos anos oitenta. Uma estratégia que acaba reduzindo, na prática o novo papel do estado à função exclusiva de guardião dos equilíbrios macro-econômicos. Guardiões que acabam prisioneiros de sua própria armadilha e impotentes ou incapazes de definir prioridades e implementar políticas de incentivo setorial à competitividade, de oferecer proteção social às suas populações, de prestar os serviços públicos mais elementares, ou mesmo finalmente de garantir a ordem e o respeito às leis. Na contramão da estratégia latinoamericana o Japão, os tigres asiáticos e a própria China seguem sendo exemplos vivos de países que souberam reafirmar a prioridade do interesse nacional e hoje demonstram uma capacidade crescente de influenciar o seu futuro. São casos notórios de sucesso sócio-econômico, logrado sobretudo depois da crise mundial dos anos 1973-75, e ninguém mais tem dúvidas hoje sobre o papel decisivo que teve neste sucesso a ação dos seus estados nacionais promotores ativos de políticas de proteção e incentivo setorial, muito distantes do receituário do Consenso de Washington, como acabou de reafirmar Eisuke Sakakibara, do Ministério das Finanças do Japão, em recente reunião promovida pelo BID, e convocada precisamente para discutir o tema “*Globalization and Diversity*”. Exatamente o oposto do que tem sido a opção generalizada das elites econômicas e políticas latino americanas

Neste sentido pode se dizer que foram países que souberam escolher estratégias competentes de inserção no processo de globalização aproveitando com inteligência as brechas e contradições abertas a partir da crise e das transformações que se acumularam a partir dali, o que lhes permitiu alcançar níveis sem precedentes de crescimento, exatamente na hora em que a economia mundial entrava num período de prolongada estagnação e os governos dos países industrializados passavam a adotar, um após o outro, um discurso de natureza belicosamente anti-estatal e uma política de natureza progressivamente desregulacionista, uma espécie de programa comum que avançou vitorioso, nos países ocidentais, na forma de uma efeito dominó desencadeado a partir da vitória liberal-conservadora ocorrida no eixo anglo-saxão, no final da década de setenta

8. Em resumo: a globalização não é um processo isento de contradições. Seus impactos e perspectivas são diferenciadas, e as alternativas abertas a cada país dependem, exatamente, das opções feitas pelas suas forças sociais e políticas internas e coordenadas por seus estados nacionais. Não há um receituário válido *urbi et orbe*. E, além disto, seja qual for a opção nacional de cada um, seguem sendo tarefas intransferíveis de cada estado, e isto ainda mais fortemente, no caso da estratégia liberal, manter os laços materiais e éticos entre classes e regiões cada vez mais desiguais entre si. Gostaria de terminar esta reflexão sem ser pessimista mas tampouco sem cair no ufanismo panglosiano que tem animado o discurso de alguns de nossos governantes. Neste sentido, aliás, vale lembrar uma afirmação recente de Norberto Bobbio a propósito deste debate tão nacional e tão bobo dos otimistas versus os catastrofistas. Diz ele que "hoje o pior inimigo da humanidade é o otimismo porque de fato equivale à recusa a pensar, por medo das conclusões que se poderia chegar". Na verdade, só chegando realisticamente às conclusões é que se pode voltar a ser otimista no seu plano próprio, o plano projetual, o plano da vontade política de mudar. E no plano das causas e conclusões não há como desconhecer que hoje o país está prisioneiro de uma armadilha montada por sua particular estratégia de estabilização monetária. Uma estratégia que constroi barreiras endógenas e exógenas à uma retomada do crescimento indispensável à soldadura de uma nova solidariedade interregional dentro do Brasil. Pelo contrário, o que se antevê hoje é um longo período ainda de crescimento

mediocre, interrompido, de forma recorrente, por freadas recessivas. Um longo período onde o que estaremos assistindo, na contramão da descentralização fiscal de 1988, será uma rescentralização financeira da federação, capaz de colocar os níveis subnacionais do poder estatal brasileiro em condições de crescente ingovernabilidade. Um longo período onde a impotência política gerada pela estratégia liberal coloca num primeiro plano a do economista Celso Furtado: "em sistemas econômicos de grandes dimensões territoriais e acentuadas disparidades regionais e estruturais, dificilmente sobreviverão se perderem a força coesiva gerada pela expansão do mercado interno. Nesses casos, por mais importante que seja a inserção internacional, esta não é suficiente para dinamizar o sistema econômico. Num mundo dominado por empresas transnacionais, esses sistemas heterogêneos somente sobrevivem e crescem por uma vontade política apoiada em um projeto com raízes nacionais". Caso contrário, como já dissemos em outra ocasião, na ausência de um estado capaz de coordenar as bases materiais e resoldar os fundamentos éticos da solidariedade nacional "não é provável que ocorram no Brasil secessões ou guerras civis do tipo das que se multiplicam na África, Europa ou Ásia Central. Mas sim é muito provável que o nosso sistema federativo se transforme num mapa feito de alguns poucos "region states" extremamente dinâmicos e integrados internacionalmente, mas cercados por imensas zonas de sombra, feitas de atrofia econômica e apatia cidadã".